



---

## ARTIGOS – ARTICLES

---

### O discurso sobre a “crise da história” nos séculos XIX e XX: Os diagnósticos de Ernst Troeltsch e Hayden White

Murilo Gonçalves<sup>1</sup>

Universidade Federal de Jataí  
murilogoncalves.hist@gmail.com

Como citar este artigo: GONÇALVES, M. O discurso sobre a “crise da história” nos séculos XIX e XX: Os diagnósticos de Ernst Troeltsch e Hayden White, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n°17, p. 103-137, 2024. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Este artigo procura abordar e problematizar a evolução de um discurso sobre a “crise da história” que se desenvolveu no final do século XIX e ao longo do século XX. A análise concentra-se em dois textos fundamentais escritos por Ernst Troeltsch e Hayden White, a saber, “A crise do historicismo” (1922) e “O fardo da história” (1966), respectivamente. A discussão em torno da “crise da história” revela preocupações profundas sobre a natureza da disciplina histórica e as mudanças significativas que ocorreram em relação à sua concepção, prática e propósito. No presente artigo, os textos acima citados são analisados como manifestos e diagnósticos de suas respectivas épocas. No entanto, argumenta-se, eles estão fundamentalmente ligados como testemunhos da crise do historicismo.

**Palavras-chave:** Crise do historicismo. Troeltsch. White.

#### *The “crisis of history” and its discourse in the 19th and 20th centuries: The diagnosis of Ernst Troeltsch and Hayden White*

**Abstract:** This article seeks to address and problematize the evolution of a discourse on the “crisis of history” that developed at the end of the 19th century and throughout the 20th century. The analysis focuses on two fundamental articles written by Ernst Troeltsch and Hayden White, namely, “The Crisis of Historicism” (1922) and “The Burden of History” (1966). The discussion around the “crisis of history” reveals deep concerns about the nature of the historical discipline and the significant changes that have occurred in relation to its

---

<sup>1</sup> Murilo Gonçalves é Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e realiza Pós-Doutorado na mesma instituição. E-mail: [murilogoncalves.hist@gmail.com](mailto:murilogoncalves.hist@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9945-3645> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4297001545515587>

conception, practice, and purpose. In this article, the texts cited above are examined as manifestos and diagnoses of their respective times. However, it is argued, they are fundamentally connected as testimonies of the crisis of historicism.

**Keywords:** Crisis of historicism. Troeltsch. White.

A reflexão sobre a natureza da história e seu papel na apreensão do passado tem sido uma preocupação constante de filósofos, historiadores e teóricos ao longo dos séculos. No entanto, no final do século XIX e ao longo do século XX, um discurso particular sobre a “crise da história” começou a tomar forma. Este artigo se propõe a investigar como esse discurso evoluiu ao longo desse período, concentrando-se na análise de dois textos cruciais escritos por Ernst Troeltsch e Hayden White, a saber, *A crise do historicismo* (1922) e *O fardo da história* (1966), respectivamente. A discussão em torno da “crise da história” reflete uma preocupação profunda com a natureza da disciplina histórica e as mudanças significativas que ocorreram em relação à sua concepção, prática e propósito. Após um breve esboço da história do conceito de crise, a análise será concentrada no exame dos textos citados, os quais, segundo o argumento, representam genuínos manifestos e diagnósticos de tempo que, embora produzidos em contextos distintos, estão fundamentalmente ligados como testemunhos de um mesmo estado de crise, a saber, a crise do historicismo.<sup>2</sup>

### **Sobre o conceito de crise**

O conceito de crise adquire um valor significativo para a disciplina histórica na modernidade por mobilizar uma série de reflexões ligadas ao problema do tempo histórico. O conceito, no entanto, tem raízes profundas que se desdobram no período pré-moderno. Originalmente, “crise” vem do grego, *κρίσις*, substantivo que advém do verbo que significa separar, escolher, julgar e

---

<sup>2</sup> Além do próprio Hayden White fazer menção à herança da crise do historicismo em *Meta-história*, Herman Paul sugere a ligação do pensamento de White ao de Troeltsch (PAUL, 2009; 2011). A intenção deste artigo, dessa forma, é apresentar a fundo aquilo que foi esboçado por Paul. Além disso, é importante salientar que, ao passo que a reflexão de Paul gira sobretudo ao redor do problema ético-moral da história, a abordagem do presente artigo contempla também o problema epistemológico e estético da crise da história.

decidir. O conceito, ao mesmo tempo, indicava o advento de um momento crucial e enfatizava a demanda por decisões apropriadas que possuíam o sentido de um juízo, o que revela a unidade conceitual do que posteriormente viria a caracterizar duas esferas semânticas distintas, compreendidas, respectivamente, pelos conceitos de crise e de crítica. De todo modo, apesar dos múltiplos sentidos que dispunha, o uso do conceito de crise se encontrava relativamente bem circunscrito na Antiguidade Clássica grega: do âmbito jurídico, o termo passou a figurar na esfera política e cívica. Empregado inicialmente para apontar a instauração de uma espécie de tribunal, bem como a decisão legal que dele resultaria, o conceito passou a ser amplamente aplicado às decisões políticas de um modo geral e que se originavam da reivindicação de uma comunidade cívica pautada por determinados valores de justiça (KOSELLECK, 1982, p. 617-618).

Para além de sua presença no cotidiano da vida política e cívica da Grécia Clássica, o conceito de crise teve seu campo semântico alargado por seu uso em outras duas esferas bem delimitadas na língua grega e que se estabeleceu por meio da ampla difusão de documentos escritos. Primeiro, o domínio da medicina, com a progressiva elaboração e compilação, desde o século V a.C., dos tratados médicos que viriam a constituir o *Corpus Hippocraticum*, cuja influência se fez presente até a Baixa Idade Média. Nele se revela uma verdadeira “teoria médica da crise” (LECOURT, 2004, p. 297-300) que — conservando a posterior separação entre uma “crise objetiva” e uma “crítica subjetiva” — compreende tanto o diagnóstico advindo da observação quanto o juízo a respeito do desenvolvimento da enfermidade, o momento no qual uma decisão precisa ser tomada a fim de garantir a condução à restauração da saúde ou, na ausência de tal decisão, à morte. Ademais, um conjunto de tipologias conferiu ao uso médico do conceito de crise uma série de distinções temporais que dizem respeito ao curso do desdobramento de uma doença, à determinação de seu início ou origem, ao seu ritmo, regularidade e recorrência (KOSELLECK, 1982, p. 619).

Em segundo lugar, o termo se estabeleceu no domínio teológico, no qual o conceito de crise figura na *Septuaginta* — a tradução grega do Antigo Testamento em hebraico, realizada a partir do século III a.C. —, bem como no Novo Testamento, originalmente escrito em grego (KASPER, 1997, p. 483-485). O significado jurídico do termo é essencialmente retomado, mas transposto para

a escatologia judaico-cristã: o julgamento passa a ser um inevitável Juízo Final — *judicium*, que aqui equivale ao conceito grego de crise — e a justiça não é a do homem, mas a divina, cuja promessa é a salvação e a vida eterna, mas que, não obstante, também pode levar à condenação, reiterando a manutenção de alternativas opostas. Ademais, com o Cristianismo, a Anunciação do Juízo Final alimenta uma ambiguidade na qual o Apocalipse, mesmo ainda por vir, é experienciado presentemente como um processo com uma finalidade explícita e definida. Nessa ambiguidade, “um horizonte de expectativa é delineado que qualifica teologicamente o tempo histórico porvindouro” (KOSELLECK, 1982, p. 618-619).

A transposição do conceito para o latim e, subsequentemente, para as línguas europeias nacionais durante a modernidade representa a passagem da delimitação do uso do conceito de crise a campos semânticos e disciplinas específicas — direito, teologia e medicina — para a sua expansão ao mundo político-social, no qual seu campo semântico também é alargado pelo uso metafórico, o que faz com que o termo passe progressivamente a ocupar uma posição fundamental. O conceito médico de crise foi hegemônico em boa parte da Idade Moderna europeia, a princípio na França e na Inglaterra e posteriormente na Alemanha. As metáforas do “corpo coletivo”, o corpo nacional, tomaram uma nova forma com a aplicação do conceito de crise como um diagnóstico para tratar questões políticas, econômicas e militares em relação às quais se impunha o imperativo de decisões e ações radicais a fim de garantir a restauração de um suposto estado de saúde do Estado e de se evitar sua morte, tratada como a única alternativa distinta possível. É desse modo que o termo passa a assumir um certo caráter retórico em discursos e debates, já que o estabelecimento de opções diametralmente opostas como as únicas válidas era, ao fim, arbitrário, baseado em determinados valores e princípios (KOSELLECK, 1982, p. 624-626).

Essas tendências são reforçadas ao longo do século XIX, no qual se inaugura uma “era da crise”, cujos desdobramentos chegam ao tempo presente. O emprego do termo é de tal modo exacerbado que o conceito perde rigor teórico. Não obstante, o termo continuou a ser largamente empregado em diversos campos, especialmente no campo da economia — em muitos aspectos

motivado pela semântica médica da crise com o uso de termos como “doença”, “patologia”, “convulsão”, “relapsia” etc. —, campo que, com a adoção da expressão, contribuiu decisivamente para o estatuto ecumênico do conceito, levando-o para a linguagem corrente, na medida em que as diversas assim denominadas “crises econômicas” eram diretamente experienciadas em uma vida cotidiana cada vez mais determinada pelo sistema capitalista. Com efeito, o termo estava estabelecido no campo da teoria econômica no século XIX — e difundido no senso comum pelos veículos de comunicação — com tamanha variedade semântica que até mesmo os usos do conceito no século XX, a despeito de sua especificidade temporal substantiva, não conseguiram ultrapassar. Pelo contrário, uma dimensão foi nitidamente depauperada: “a antiga força do conceito de impor alternativas insuperáveis, rígidas e inegociáveis desvaneceu-se na incerteza de alternativas disponíveis passíveis de escolha”. Não obstante, o conceito de “crise” ainda atesta uma contínua novidade de nossa época, interpretada como uma época de transição”, como também pode indicar o caráter de uma condição imanente e permanente do mundo: a história enquanto uma “crise contínua” desprovida tanto de seu sentido apocalíptico quanto de seu sentido transitório (KOSELLECK, 1982, p. 648-649).

Não somente na economia, o conceito de crise também encontra na história uma tentativa de uso mais inequívoco. Por um lado, no pensamento histórico de certo modo herdeiro das chamadas filosofias especulativas da história, representado, entre outros, pelos assim chamados “jovens hegelianos” e caracterizado, entre outros fatores, pela incorporação de elementos de natureza escatológica. Aqui, “crise permanece um conceito de reflexão da filosofia da história voltado para uma execução consciente de tendências manifestadas pela crítica” (KOSELLECK, 1982, p. 628). A crítica é o motor da crise, que revela o prenúncio de novos tempos de igualdade social e liberdade com a solução de problemas na ordem prática da ação e que não exclui a possibilidade de novas revoluções e, ademais, caso seja ignorada, levará ao colapso. Trata-se propriamente de realizar na prática os supostos ganhos da teoria. É assim que a visão otimista de certos economistas encontra na teoria marxista um contraponto. Baseando-se em uma teoria econômica das crises, as análises de Marx e Engels chegaram a uma interpretação do conceito, na forma de filosofia

da história, como modo de revolução social. Em um sentido estritamente econômico, o conceito de crise organiza a dinâmica dos ciclos econômicos. No caso do sistema capitalista, uma série de contradições internas marcada pela discrepância entre o *ethos* capitalista e uma visão humanista da sociedade contribuiria para o acúmulo de crises as quais, levando o sistema aos seus limites, em vez de superadas (no sentido dialético da *Aufhebung*), constituiriam, no cerne de uma grande crise, as condições ideais para a emergência de uma revolução (KOSELLECK, 1982, p. 645-647).

Por outro lado, o conceito de crise também foi empregado por historiadores mais próximos às denominadas filosofias críticas da história (ARON, 1969, p. 15-20), nas quais se manifesta a pretensão de investigar as condições de possibilidade do conhecimento histórico, isto é, de fundamentar a ciência histórica em bases epistemológicas, no sentido da crítica da teoria do conhecimento que remonta a Kant. Segundo tais figuras, em um claro abrandamento do elemento escatológico, os corolários das crises permaneceriam abertos e indeterminados, apesar da possibilidade do esboço de prognósticos plausíveis permanecer viável. No início da década de 1850, Droysen reconhecia que a humanidade se encontrava “em uma daquelas grandes crises que conduz de uma época global para outra” (DROYSEN, 1972, p. 59) que, todavia, não se poderia ao certo determinar. Duas décadas depois, Burckhardt, em suas *Weltgeschichtliche Betrachtungen* (BURCKHARDT, 2018, p. 167-216), transformava a noção de crise em uma categoria histórico-antropológica de investigação do passado, a fim de distinguir tipologias que seriam usadas para caracterizar, em grau e natureza, os diversos momentos de transformações e transições históricas, com vistas a fundamentar a tese de uma suposta singularidade do processo de transformação estrutural e generalizada protagonizado pelo século XIX europeu, o que tornaria legítimo o emprego do conceito de crise (KOSELLECK, 1982, p. 639-640).

A virada para o século XX, com o desenrolar das grandes catástrofes, apenas agravou essa consciência de crise sem, no entanto, contribuir para o esclarecimento do conceito.<sup>3</sup> Para além desse estado de coisas generalizado, o

---

<sup>3</sup> Uma tentativa mais recente de apresentar um uso mais elucidativo e sistemático do conceito pode ser encontrada em Jörn Rüsen. Rüsen discerne três tipos de crise a partir de suas

problema da crise foi especialmente tratado em relação à ciência, de um modo geral, e à história, de um modo particular. Max Weber, durante a Primeira Guerra Mundial, falava de um indivíduo enclausurado em um cotidiano cada vez mais racionalizado, burocratizado e especializado, dentro do qual a ciência<sup>4</sup>, sob o signo do desencantamento do mundo, seria incapaz de arbitrar os conflitos axiológicos inerentes à realidade humana, de “ensinar algo sobre o sentido do mundo ou [...] [de] encontrar o caminho de tal sentido — se é que ele existe” (WEBER, 1922, p. 539). Alguns anos depois, Ernst Troeltsch, seguindo de certo modo o diagnóstico weberiano, mas não sem aprofundá-lo (MATA, 2016), vai falar de uma crise na ciência histórica como a crise ocasionada pelo mais recente desdobramento de um certo historicismo, concebido enquanto relativismo e “niilismo epistemológico” e moral, um dos resultados nocivos da radical historicização do pensamento e do conhecimento. Isso se deu pela publicação, em 1922, do artigo intitulado *A crise do historicismo* (TROELTSCH, 2002). Como será exposto, em vez de contribuir com o esclarecimento do conceito de crise, o texto irá justamente lançar mão de sua multiplicidade semântica a fim de evidenciar o tom de seu argumento central.

### **Troeltsch e a crise do historicismo**

O paradigma científico da história encontrava no âmbito geral das ciências do espírito tamanha reputação que, em 1922, Troeltsch, ao denunciar a “crise atual da história”, ainda afirmava que a pesquisa histórica, sustentada no cânone historiográfico, permanecia intocável, e a história “uma ciência cada vez mais exata”. Isso na medida em que ainda eram cultuados “as edições críticas e o trabalho com as fontes, a arte da identificação de relações entre os eventos por meio da pesquisa e da ampla comparação de testemunhos, sua complementação

---

implicações para os modelos de interpretação vigentes: a crise normal, que não altera o modelo vigente de interpretação (como as crises econômicas recorrentes); a crise crítica, que promove uma alteração do modelo (como no caso do historicismo); e a crise catastrófica, que destrói os modelos de interpretação vigentes (como a repercussão do holocausto judeu). Para um esquema dessa tipologia, cf. RÜSEN, 2013, p. 49-51.

<sup>4</sup> A noção de Ciência aqui é compreendida no amplo escopo do termo alemão *Wissenschaft*, como uma disciplina sistematicamente organizada: física, química e astronomia, como também estética, teologia e história, sentido que existe ao menos desde Leibniz.

e reavivamento” com o suporte de ciências auxiliares e o compromisso em relação “à verdade, ao rigor científico e a uma exatidão o mais próxima possível das ciências naturais” e com o ofício organizado em “academias e associações de historiadores” como em “seminários e círculos” (TROELTSCH, 2008, p. 169-171). E, de fato, essas características, sobretudo na afirmação de sua racionalidade própria, são até hoje evocadas de modo mais ou menos enfático como último recurso para uma justificação do empreendimento historiográfico.

Essa convicção no cânone científico não impediu, inobstante, o despertar progressivo de uma consciência quanto às limitações da disciplina histórica, ironicamente corroborada pela tentativa, levada às últimas consequências, de fundamentá-la. A atitude generalizada de fundar uma epistemologia pautada exclusivamente na historicidade acabou por gerar um senso cético quanto às pretensões e categorias da ciência histórica, ao lugar que reivindica enquanto modo científico de apreensão da experiência situada no tempo histórico. Tal ceticismo, portanto, se voltava aos fundamentos da concepção de história então vigente, os quais, a seu turno, encontravam sua justificação nas pretensões universalistas da metafísica moderna, seja em sua vertente de inclinação teológico-filosófica — que atribui ao elemento divino sua fundamentação última, com sua versão secularizada que substitui o elemento divino pelo Estado ou pela Razão —, seja em sua vertente de inclinação científica — que compartilha a ideia de um universo como um sistema estruturado por leis lógicas, físicas e matemáticas. Desse modo, tendo como pano de fundo a crise da metafísica moderna (BAMBACH, 1995) de um modo geral, problemas que tradicionalmente encontravam no invólucro dessa metafísica a sua resolução última ou norma absoluta, passam a adquirir um novo caráter. Na disciplina histórica, o problema da verdade e dos valores do conhecimento é retomado sob uma “nova” formulação do relativismo histórico, a qual tem profunda inspiração na genealogia nietzschiana dos valores e em sua crítica da modernidade científica (NIETZSCHE, 1999, p. 315).

Nova, pois a questão mais ampla a propósito do relativismo histórico não era de modo algum ignorada. Nela já se encontram postos os temas da subjetividade do historiador, do perspectivismo histórico, da parcialidade e do partidarismo historiográficos, temas que reiteram o princípio da individualidade



histórica. Essa questão recebe a sua formulação moderna no próprio conceito de história que emerge no século XVIII, e, na verdade, é um dos seus aspectos constitutivos. Em sua *Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schriften* (1742), Johann Martin Chladenius — em uma episteme caracterizada pelo espírito da Reforma e por uma atitude ainda pré-kantiana — elaborou os traços gerais de uma doutrina dos pontos de vista, a qual partia do pressuposto da possibilidade de um mesmo evento ser descrito corretamente de diferentes modos, dependendo da posição (*Standort*) do observador. Para além de sua denotação física, a ideia de posição também é empregada para indicar os diversos modos de relação com as coisas e de pensar sobre elas, isto é, as circunstâncias que condicionam tanto a alma como o corpo a perceber determinados aspectos de um evento em detrimento de outros, de modo que a uma mesma coisa possam ser atribuídos diferentes conceitos<sup>5</sup> (CHLADENIUS, 1969). A possibilidade de uma tal doutrina dos pontos de vista não estava baseada apenas na distinção entre a história em si (*Geschichte an sich*) e as concepções (*Vorstellungen*) a seu respeito, mas na convicção de que, a despeito de concepções diversas (e mesmo contraditórias) sobre um mesmo evento, a história em si não seria contraditória (CHLADENIUS, 1969).

De todo modo, Chladenius, com sua doutrina dos pontos de vista, abriu o campo para reflexões ulteriores — por um lado, por Gatterer, Herder, Humboldt, por outro, por Niebuhr, Ranke e Droysen — que passaram a fundamentar a objetividade do conhecimento histórico na análise de seus pressupostos, “os critérios de formação de juízos e da representação”, e, por conseguinte, na análise de seus limites pautados no perspectivismo e a enxergar na plausibilidade um valor próprio de verdade histórica — de forma que o condicionamento implicado pela perspectiva permitiu considerá-la tanto como condição quanto como limitação a um conhecimento histórico objetivo (cf. KOSELLECK, 2016, p. 200-1). Outrossim, o reconhecimento do perspectivismo traz em seu cerne um componente temporal que evidencia a realidade do mundo histórico enquanto tal: o valor da individualidade histórica e da consideração das prerrogativas históricas de cada indivíduo, grupo e época.

---

<sup>5</sup> Do que também já se permite depreender que os conceitos têm diferentes significados ao longo do tempo. Cf. SZONDI, 1995, p. 49-52.

Com isso, assume-se que “o transcurso temporal pode modificar *ex post* a qualidade de uma história” e, por conseguinte, a pesquisa histórica, a qual, dependente temporalmente de sua própria perspectiva, deveria ser constantemente renovada, e a qual, supostamente, seria, com o passar do tempo, cada vez mais apta a denunciar os preconceitos de cada época e, assim, se aproximar de sua verdade. Com efeito, a relação entre verdade e condicionamento histórico se tornou uma aporia cuja tentativa de solução, durante boa parte do século XIX, mobilizou diversas alternativas (KOSELLECK, 2016, p. 195-197).

Ernst Troeltsch foi um dos herdeiros desse debate, uma figura importante responsável por um diagnóstico da crise do historicismo que contribuiu decisivamente para a difusão tanto do problema quanto do conceito. Troeltsch, em muitos sentidos, organiza, em torno da noção de historicismo, uma discussão que remete às bases do pensamento histórico na modernidade e às suas principais personalidades, aprofundando uma reflexão que abarca quase dois séculos da tradição histórico-filosófica. É justamente ao relativismo, como problema histórico, que Troeltsch se refere ao atestar a crise do historicismo. E mesmo que a expressão tenha provavelmente sido popularizada por meio de seus artigos e seu livro a respeito<sup>6</sup>, seu pensamento representa, em certo sentido, uma continuidade à tradição da escola histórica, uma vez em que ele, do mesmo modo, enxergava na história uma unidade racional de sentido movida por uma “força ética” incumbida de organizar a multiplicidade de manifestações e valores apreendidos pela percepção. Assim, ele insistiu na busca pelas vias de superação da crise do historicismo. Se o conceito de crise, em uma de suas conotações, aponta para o momento incontornável de um juízo ou uma decisão voltados à restauração de um estado de coisas ou que culminará em seu fim (KOSELLECK, 1982, p. 625), para Troeltsch, esse momento era experienciado por sua geração.

---

<sup>6</sup> Como aponta Karl Heussi, ainda em 1932, o termo “historicismo” se populariza no início do século XX, mas até 1922 seu uso ainda é relativamente raro. Com a publicação de Troeltsch, o conceito passa a ser mais usado, invariavelmente ligado ao nome do teólogo e filósofo alemão e, por conseguinte, associado à expressão “crise do historicismo”. Cf. HEUSSI, 1932, p. 5; p. 12-14.

Troeltsch foi, além de filósofo e sociólogo, teólogo, e professava a fé católica. É pela via da teologia que ele alcança a história, um contato que, de todo modo, remete à sua formação na Göttingen de Albrecht Ritschl (ZACHHUBER, 2013, p. 175-210; MATA, 2010). Grosso modo, pode ser dito que o aspecto principal que conferiu à sua trajetória intelectual uma unidade foi o objetivo de desenvolvimento de uma filosofia da religião que garantisse de modo definitivo a validade dos valores fundamentais do cristianismo. A ideia de um tal desenvolvimento, a seu turno, teve a história como principal “oposição”, isto é, o pensamento histórico de um modo geral, concretizado tanto pelos *insights* das filosofias da história iluminista e idealista como pelas descobertas da ciência histórica impulsionada pelas chamadas ciências auxiliares. No pensamento de Troeltsch, no entanto, tal oposição progressivamente se transformou em uma condição de possibilidade para sua filosofia teológica. Essa espécie de virada foi marcada pela publicação de *Die Absolutheit des Christentums und die Religionsgeschichte*, em 1904. Esse livro, nas palavras de Troeltsch, foi movido por “uma profunda impressão do conflito entre o pensamento histórico e o estabelecimento normativo de verdades e valores”, mais precisamente, do “conflito geral e fundamental entre a incerteza crítica, a diversidade dinâmica e as múltiplas contradições do histórico e a necessidade de segurança, unidade e estabilidade pela qual a ideia religiosa é satisfeita” (TROELTSCH, 2006, p. 106-107). A concepção do cristianismo como uma religião absoluta foi categoricamente refutada pela descoberta e investigação da sua historicidade, o que permitiu identificar suas afiliações e suas semelhanças com outras religiões, “rebaixando-a” a uma “religião histórica”. O problema do relativismo já se manifesta claramente nessas observações.

O contexto em que esses desenvolvimentos tomaram lugar não pode ser negligenciado. Troeltsch havia se mudado para Heidelberg há alguns anos, onde havia estabelecido contato com diversos filósofos, historiadores e sociólogos — como Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Max Weber.<sup>7</sup> Desse modo, não é uma coincidência que Troeltsch tenha se engajado cada vez mais com questões

---

<sup>7</sup> A grande obra de Troeltsch a respeito do historicismo (*Der Historismus und seine Probleme*) foi dedicada a Windelband e Dilthey. Em 1914, Troeltsch se muda para Berlim para substituir Dilthey como titular da cadeira de filosofia da Universidade de Berlim.

que envolviam a relação entre as ciências naturais e as ciências da cultura (ou do espírito), os temas relativos ao desenvolvimento de uma filosofia dos valores e a abordagem sociológica e comparativa das religiões mundiais. Com a aproximação a Weber, Troeltsch abranda o caráter estritamente teológico de suas teses e procura pensar sociologicamente a religião na modernidade ocidental capitalista, concebida, então, como uma instituição dentro da sociedade.<sup>8</sup>

Em junho de 1922, Troeltsch (2002) publica um artigo intitulado *A crise do historicismo*, na revista *Die neue Rundschau*. Esse texto antecipa o livro que viria a ser publicado no mesmo ano, *Der Historismus und seine Probleme*, e, de certo modo, sintetiza algumas de suas principais ideias. Por meio desse artigo, tem-se acesso não só ao diagnóstico elaborado por Troeltsch da supracitada crise do historicismo, como também ao esboço de sua possibilidade de superação<sup>9</sup>. O texto começa com a afirmação de que a causa dessa crise não se encontraria tanto em um sentimento generalizado despertado pelos acontecimentos que colocavam em xeque o desenvolvimento progressivo da sociedade ocidental e que davam testemunho de um momento de perturbação, de descontentamento geral com a quebra da suposta promessa social do avanço científico, do mesmo modo que as guerras e crises políticas questionavam o progresso intelectual. Mais do que isso, tratava-se de uma crise na ciência histórica, como um corolário dos próprios desdobramentos do pensamento histórico.

É desse modo que o multifacetado conceito de historicismo (SCHOLTZ, 1974; 2011) assume no argumento de Troeltsch e no contexto de sua crise um significado preciso: trata-se da “historicização de todo nosso conhecimento e percepção do mundo espiritual”, na qual os objetos só podem ser considerados “no curso do devir, em uma incessante individualização renovada a todo momento”, de modo que tudo se “dissolve e só se torna compreensível enquanto parte de um desenvolvimento histórico”. Assim, com o advento do historicismo, a diversidade de manifestações aparentemente

---

<sup>8</sup> Para algumas observações sobre a relação entre Weber e Troeltsch, ver: GRAF, 1987, p. 215-233.

<sup>9</sup> No que tange a tal possibilidade, deve-se notar que ela nunca foi de fato empreendida, pois Troeltsch morreu alguns meses após a publicação do primeiro tomo de seu *Der Historismus*.

contingentes e singulares que habitam o “mundo espiritual” passaram a dispor de uma unidade que as transcende e as fundamenta — a história. Ao fim, o historicismo instaura uma nova ontologia baseada no conceito de desenvolvimento (*Entwicklung*), dentro da qual o autoconhecimento histórico se torna o “solo da própria existência”. Nela, o “mundo espiritual” não é outra coisa senão “um fluxo de vida contínuo, mas em constante mudança” constituído por individualidades históricas que a todo momento surgem, se desenvolvem e se dissolvem. Graças a esse entendimento, muitos dogmas puderam ser quebrados e muitas questões importantes encontraram vias de resolução. Não obstante, esse mesmo processo acabou por extinguir “todas as verdades eternas, sejam as verdades eclesásticas supranaturais, [...] sejam as eternas verdades da razão e as construções racionais do Estado, do direito, da sociedade, da religião e da moral”, sejam, ao fim, “os imperativos de educação do Estado ligados à autoridade secular e sua forma de governo”. O que estava em questão, com efeito, era o estatuto das verdades sobre as quais a cultura ocidental havia erigido seu edifício e, na semântica da crise, o próprio fim dessa cultura (TROELTSCH, 2002, p. 437-438).

O historicismo é uma forma de pensamento especificamente moderna. O seu desenvolvimento durante o século XVIII representa, para Troeltsch, uma confirmação do progresso humano. Esse processo ocorreu pela incorporação de aspectos supostamente positivos de doutrinas já existentes (como o método filológico humanista e o próprio conceito de ciência iluminista) e pela crítica àqueles supostamente negativos (como o dogmatismo e o direito natural), até a sua culminação como ciência humana primordial que contribuiu decisivamente para a constituição dos Estados nacionais. No entanto, a ciência histórica havia se comprometido cada vez mais com “um realismo fundamentalmente imparcial e livre de valores, que busca investigar a verdade histórica e o contexto do devir [...] o mais objetiva e factualmente possível” e, por conseguinte, estava cada vez mais presa a um “aglomerado de pesquisas críticas e factuais”, que, por sua própria especialização, inviabilizavam as sínteses históricas responsáveis por elaborar os nexos que davam ao todo da história sua coerência e, pouco a pouco, foram revelando as fundações históricas de muitas das supostas verdades eternas fundamentais. Assim, segundo Troeltsch, sua época experienciava um

“relativismo histórico geral”, “uma agonia ou sentimento de ausência de sentido e transferia seus sentimentos gerais de frustração para a ciência, sobretudo a história” (TROELTSCH, 2002, p. 439-441). Apesar disso, fica claro que, mesmo que possa parecer um emaranhado de manifestações aleatórias, Troeltsch acreditava que a história possuiria sob essas manifestações uma conexão interna (*innerer Zusammenhang*) e, por isso, a ciência histórica deveria “ir fundamentalmente em direção ao ideal de uma conexão geral desses contextos em um quadro do devir da humanidade”, contribuindo assim para apreender a “unidade do propósito” da história.

De modo mais preciso, a crise do historicismo se ligava a três aspectos, colocando problemas de três ordens. Em primeiro lugar, trata-se do endereçamento filosófico dos problemas epistemológicos e lógicos da ciência histórica, que pode ser sintetizado pela questão: “como o arranjo engendrado pelo espírito cognoscente de acordo com suas leis se relaciona com a verdadeira essência e nexos das próprias coisas?”. O questionamento não se volta à possibilidade de a história de fato capturar e representar o passado verdadeiro, mas sim àquilo que ela realmente realiza ao se propor tal tarefa. Troeltsch naturalmente não ignora o fato de que a história é uma “síntese cognitiva e representacional” daquilo que resulta do processo de seleção e composição dos diversos materiais que em si já levantam questões a propósito da própria crítica das fontes enquanto processo cognitivo. Tal síntese, por sua vez, é apenas “uma minúscula fração de inacessíveis e inumeráveis processos reais”, os quais, mesmo que não se apresentem em si mesmos na representação histórica, manifestam nela suas “tendências e aspirações [...], as quais são visíveis por meio deles e ao mesmo tempo por eles determinadas”. Troeltsch reitera assim a sua convicção não somente na realidade dos processos históricos individuais, como na existência, dentro deles, de tendências gerais de desenvolvimento. Essas tendências, a seu turno, não poderiam ser alcançadas por meio do recurso a uma razão abstrata, mas “só podem ser apreendidas intuitivamente e compreensivamente como unidades de sentido” efêmeras e de distintas naturezas (TROELTSCH, 2002, p. 441-442). Com efeito, para Troeltsch, os processos e as tendências são sempre os mesmos, mas não as unidades de sentido, uma vez que são o resultado da compreensão do sujeito em seu ponto

de vista particular. Em todas as etapas historiográficas a realização da história científica depende da subjetividade do historiador.

São essas então as complicações lógico-epistemológicas da história. A fim de dirimir essas dificuldades inerentes ao seu ofício e, ao mesmo tempo, garantir a objetividade do conhecimento histórico mediante a aplicação rigorosa de seu método, os historiadores se viram obrigados a ceder a uma especialização cada vez maior que se voltava a campos e objetos de pesquisa cada vez mais específicos. Assim, a síntese dos amplos contextos do desenvolvimento histórico, a suposta vocação primordial da história científica, foi sacrificada pelos historiadores profissionais em nome de uma objetividade que transforma a história em um conglomerado de unidades sem nexos aparentes. Ademais, na medida em que “somente os amplos contextos são de significância humana geral”, pois servem à “formação e orientação da vida”, a carência por síntese passou a ser cada vez mais suprida por filosofias da história elaboradas por “diletantes”<sup>10</sup>.

Em segundo lugar se encontram as consequências da fundação da sociologia como disciplina — primeiro na França de St. Simons e Comte, depois na Alemanha —, com sua ênfase na explicação causal e na tipologização. Por meio de um “novo modo de ver e perguntar”, a sociologia evidenciou a necessidade do estudo da sociedade a partir de novas dimensões ignoradas ou evitadas pela maioria (mas não totalidade) dos historiadores, ultrapassando o escopo intelectual, jurídico e nacional. Mais do que isso, a sociologia pregou que as bases da sociedade moderna seriam determinadas sobretudo por fatores de ordem econômica e técnica, o que, por exemplo, abria margem para a análise da questão da propriedade e dos conflitos de classe. A relevância da sociologia se manifestava na Alemanha especialmente pela “teoria da história econômica marxista”, a qual, abstraído-se das consequências mais radicais de sua ideologia, representava “um extraordinário aguçamento e aprofundamento dos problemas sociológicos e sua ligação com as necessidades mais reais da vida”. Assim,

---

<sup>10</sup> Troeltsch trata aqui explicitamente de figuras como F. Nietzsche, O. Spengler e H. G. Wells, cujas produções tiveram como “consequências um incessante enigma da história a ser interpretado, novas construções audaciosas, dúvidas pessimistas ou contemplos céticas” (TROELTSCH, 2002, p. 440).

mesmo que questione a ênfase sociológica na economia, Troeltsch julga inviável desconsiderar a “expansão do horizonte” trazida por ela, a qual, ao fim, tornou a análise histórica ainda mais complexa e sua plena realização praticamente inexecutável: “a ação e interação de elementos econômico-sociais, intelectuais-culturais e político-jurídicos torna-se uma tarefa” que não pode ser resolvida de uma só vez no contexto cultural geral, e que, ademais, não pode ser reduzida a um “guia puramente lógico”. Com isso, “as possibilidades de constituição de grandes sínteses largamente se esvaem”. Isso acaba por contribuir também para a especialização disciplinar e intradisciplinar, pois todo esse conjunto se dissolve em problemas especializados que privilegiam determinados domínios e dimensões em detrimento de outros. Na medida em que falha — ou evita, ao retornar a modelos passados — em articular os elementos supracitados, a ciência histórica denuncia a sua própria crise (TROELTSCH, 2002, p. 445-447).

Em terceiro e último lugar, também como corolário dos dois primeiros problemas — e provavelmente o que mais preocupa e interessa a Troeltsch —, constata-se o abalo do “sistema ocidental de valores éticos” vigente, fundado no “progresso humanitário, na autonomia da razão, a qual se manifesta no direito, no Estado, na economia, na sociedade, na ciência, na religião e na arte a partir de sua própria capacidade e de seus próprios impulsos, engendrando a cultura moderna como uma questão de humanidade”, e que toma lugar no contexto europeu do cosmopolitismo, mas principalmente naquele dos Estados nacionais. Não obstante sua importância, esse sistema axiológico “foi consumido por um crescente ceticismo” fundado, a seu turno, pelo colapso da filosofia hegeliana e pelo fortalecimento do irracionalismo filosófico (de, entre outros, Nietzsche e Schopenhauer), e pelo advento do darwinismo, dos estudos etnológicos e da psicologia evolucionista como novos modos de explicação dos valores. Ademais, no âmbito concreto da história, a guerra entre as nações, o imperialismo fundado em ideologias raciais e o advento da cultura de massas desmantelaram o ideal humanista de sociedade. A esses processos Troeltsch acrescenta, de modo enfático, a crise teológica: o ateísmo não apenas invalidou os valores religiosos em si mesmos, como retirou da religião, especialmente do luteranismo na Alemanha, sua própria dimensão e relevância cultural, sua própria implicação coletiva do saber em favor de um individualismo exacerbado. Assim, a



modernidade não mais dispunha de “um sistema de valores fundamentado ontológica e metafisicamente, a partir do qual [...] os valores práticos da vida [pudessem ser organizados] em uma hierarquia unitária”. Todo esse processo culminou em uma destruição e “anarquia de valores”, na qual “não havia mais possibilidade de fundamentá-los”. Isso transformou a cultura em uma arena de batalha de um constante conflito de valores (TROELTSCH, 2002, p. 448-449).

Essa crise generalizada da civilização ocidental tem para Troeltsch um denominador comum que aproxima a diversidade de suas manifestações: o seu caráter histórico. Ao fim, trata-se de valores históricos cuja “origem e conteúdo foram-nos apresentados primariamente pela ciência histórica”. E, desse modo, na medida em que progressivamente cedeu ao imperativo de uma objetividade estéril — e, assim, sucumbiu ao relativismo e à especialização, nos quais, em suas pequenas partes (e somente nelas) desenraizadas do “*continuum* fluente da vida”, tudo é explicado e compreendido —, a própria ciência histórica acabou por preparar o solo e dar início ao processo de desestabilização dos sistemas de valores. Sendo assim, a crise geral que se verifica na sociedade revela, antes de tudo, uma “crise da própria história em sua estrutura mais íntima”. Ao abandonar os contextos de desenvolvimento que revelam a sua unidade primordial, a história “perdeu o leme com o qual podia navegar na imensa corrente da vida” (TROELTSCH, 2002, p. 448-449).

Sem elaborar uma resposta estruturada ao problema do historicismo — propósito que seria desenvolvido no nunca escrito segundo tomo de *Der Historismus und seine Probleme* —, Troeltsch não deixa de indicar as direções do que tinha em mente, mas que em larga medida estava circunscrito especificamente à situação alemã. Troeltsch observa que as reações imediatas à crise envolviam uma postura hostil em relação à ciência, que se traduz em um anti-historicismo, um individualismo dos posicionamentos e um racionalismo exacerbado — que pode ser associado a certas vertentes neokantianas. Ademais, esse contexto deu vida a um nacionalismo romântico “escandalosamente enviesado” que buscava salvaguardar as origens que conferiam unidade a uma suposta “germanidade” (*Deutschtum*). Também se testemunhou uma espécie de regressão religiosa baseada na negação das visões modernas de mundo (seja humanista, iluminista ou historicista) em favor de um retorno ao medievo. A

essa atitude radical, Troeltsch contrapôs o “refortalecimento” de um “novo catolicismo”, o qual, com sua “universalidade científica fundamental”, sua sensibilidade às questões sociais, sua riqueza e capacidade adaptativa, se tornaria fundamental para a futura superação da crise na ordem prática. Às tendências chauvinistas, por sua vez, Troeltsch contrapôs a reorientação da política global que invariavelmente iria exigir que a Alemanha “retornasse à reflexão histórica e ao universalismo humano”, despertando-se de seu devaneio nacionalista (“*völkisch*”) (TROELTSCH, 2002, p. 451-453).

Para além das questões de ordem prática levantadas pela crise do historicismo, tratava-se, sobretudo, da resolução do “problema do conhecimento histórico da vida” — da reorientação do significado da visão de mundo geral e da *Bildung* — mediante a reflexão científica. E, para Troeltsch, essa tarefa só seria possível com a reabilitação da relação entre história e filosofia. Somente por meio da reconquista da dimensão filosófica a história poderia atingir, com o suporte indispensável de seu arcabouço técnico e metodológico e de sua doutrina de valores, a amplitude necessária para abarcar “o grandioso, significativo e efetivo”, isto é, para encontrar na diversidade e multiplicidade dos fenômenos históricos apreendidos na síntese cultural do presente (em sua nova interpretação) a supracitada conexão interna, a sua base histórica universal. Apenas desse modo, finalmente, com a reabilitação da filosofia da história, a ciência histórica poderia cumprir a sua tarefa de “tornar os valores históricos vívidos e atraentes, contando simplesmente a história concreta de sua formação, e preparar as decisões modernas do presente, orientando-se por meio da totalidade histórica e do contexto geral do mundo dos valores” (TROELTSCH, 2002, p. 454).

O que se deixa notar é que a caracterização desse contexto como uma crise está baseada no fato de que as questões endereçadas contra o pensamento histórico desde a sua fundação chegam a um limite, o que é característico do campo semântico do conceito. O relativismo, levado ao extremo pela elevação da historicidade como princípio fundamental, se torna de fato uma aporia, ou melhor, um problema que não mais poderia ser solucionado nas bases que se pretendiam, isto é, na metafísica moderna, pautada pela unidade narrativa e temporal contínua e una do progresso, do sentido e da racionalidade. Essa

metafísica contribuiu de modo decisivo para o seu próprio esgotamento, para o início de uma nova era dominada pelos signos da fragmentação, da quebra de unidade e da descontinuidade. Como aponta Koselleck, e visto mais acima, o estado/consciência de crise se torna um modo privilegiado de interpretação da história. As indicações desse estado já podem ser vistas no último quarto do século XIX. Nietzsche, sem fazer uso explícito do termo “historicismo” (HEUSSI, 1932, p. 6-7), retoma a semântica médica do conceito de crise ao considerar o pensamento histórico moderno como uma patologia. Além dele, Jacob Burckhardt e Karl Lamprecht denunciam, cada um a seu modo, o esgotamento das premissas da escola histórica. Também no fim do século, Wilhelm Dilthey afirmava a necessidade de uma renovação do pensamento histórico com o propósito de revelar “a insustentabilidade da metafísica atualmente dominante” e, ao mesmo tempo, abrir o caminho para a fundamentação das ciências do espírito (DILTHEY, 1990, p. 125-126). Com o século XX e suas catástrofes, esse limite foi ultrapassado.

Max Weber, tal qual Heinrich Rickert, não mais julgava possível considerar a história uma realidade objetiva em si mesma, promovendo assim a separação entre fatos e valores. Pelo contrário, a realidade seria um todo caótico e irracional que somente faria sentido por meio da elaboração de conceitos efêmeros pela ciência (WEBER, 1922, p. 213-214). Weber foi ainda mais longe ao negar a existência de valores absolutos — e, por conseguinte, de uma fundamentação axiológica mediante um transcendentalismo lógico —, inviabilizando, com isso, qualquer possibilidade de a ciência arbitrar os conflitos de valores na sociedade e, assim, rompendo o laço entre *Wissenschaft* e *Bildung*. Essa consciência, que confere a Weber um lugar de destaque entre seus contemporâneos, assume um caráter cada vez mais radical nas décadas posteriores. O esforço de muitos desses autores se voltou à tentativa de refundar a objetividade, a legitimidade da busca pela verdade nas ciências humanas, que concederia à história sua unidade após o colapso da metafísica moderna e a crise do historicismo. Todavia, essa tentativa acabou por corroborar, em bases epistemológicas e lógicas e, ao fim, ontológicas, a consciência de sua impossibilidade nos termos que se pretendia. Nesse sentido, Heidegger viria afirmar a necessidade do “abandono” do problema epistemológico do

historicismo para a formulação do problema ontológico da historicidade (HEIDEGGER, 2004). Trata-se de enxergar a crise como uma oportunidade positiva de reorientação da reflexão.

As reflexões mais gerais a respeito do todo das ciências do espírito amiúde tinham a ciência histórica como objeto principal, apesar de por algum tempo terem sido largamente ignoradas pelos historiadores profissionais, salvo raras exceções, como o caso de Otto Hintze (RODRIGUES DA CUNHA, 2020). De fato, a história disciplinar já se encontrava legitimamente instalada e institucionalizada no sistema universitário europeu, seu método era largamente reconhecido e sua comunidade de especialistas estava bem estabelecida e respaldada socialmente. Ao fim, com sua consumação e reconhecimento, a crise do historicismo havia estabelecido sobretudo implicações teórico-filosóficas para a disciplina da história. Dentre elas se destacam a ideia de que a história não é uma realidade em si, mas sim um construto conceitual e de que não existem valores absolutos para guiar seu empreendimento — ou, de forma mais branda, que a impossibilidade de acesso a tais valores absolutos torna a sua consideração de pouca utilidade. Disso permitiu-se concluir não apenas que a história era incapaz de produzir um conhecimento “objetivo” da realidade, mas que o próprio pensamento histórico havia chegado ao seu limite. À medida em que essas conclusões passaram a ser consideradas por historiadores e reabordadas por filósofos nas décadas seguintes, diversas respostas foram dadas que não mais consideravam esse estado de coisas como um ponto de chegada, mas como ponto de partida que exigia novos modos de colocação de problemas e, por conseguinte, novas abordagens.

### **O fardo da história e a superação da ironia**

Esse parece ser o caso de Hayden White e sua abordagem linguística da história. Essa abordagem se insere no conjunto mais amplo dos problemas ligados à questão da narrativa histórica que emerge no início da segunda metade do século XX e que foi responsável por instaurar um intenso debate. A reflexão sobre a relação entre história, linguagem e ficção, no entanto, acompanha o campo desde o seu surgimento na Antiguidade Clássica, na qual a história, o

domínio do real e do acidental, é contraposta por Aristóteles à poesia, o domínio do possível e do essencial. Essa contraposição, portanto, sempre se manifestou e, desde a tradição retórica do humanismo, antes mesmo da cientificização da história, esse debate já era central em relação à legitimidade historiográfica em sua busca pela verdade, pensada mais em termos de plausibilidade do que de objetividade metodicamente controlada, típica do século XIX. Ao mesmo tempo, o processo de autonomização da literatura atribui como uma de suas funções a observação da realidade a fim de encontrar a verdade por trás dela, incorporando cada vez mais as exigências e a credibilidade de uma apreensão da realidade histórica na forma do romance realista (KOSELLECK, 2016, p. 138-140).

Mesmo dentro do metadiscurso de cientificização, no entanto, a questão do caráter poético da historiografia não deixou de ocupar um lugar relevante: o tema da relação entre história e arte (sobretudo a literatura) encontrava interlocutores de peso, como Humboldt (2010) e Ranke (2010). Sendo assim, a especificidade do debate no século XX permite revelar em que sentido um problema novo emerge, sua formulação e tratamento, e, por fim, quais são as suas consequências para a fundamentação da disciplina histórica. Esse debate está basicamente ligado à recepção da obra de Hayden White pelos historiadores e as formas que ela tomou (VANN, 1998). A reflexão de White, ao mesmo tempo que mobiliza o campo semântico do conceito de crise, também foi responsável por gerar diagnósticos de crise ambivalentes, embora circunscritos ao campo semântico tratado acima: enquanto alguns pensaram em termos de crise de orientação e de paradigmas, outros consideraram que White havia revolucionado o campo da teoria da história ao evidenciar um aspecto constitutivo da disciplina progressivamente marginalizado a partir do século XIX e, com isso, revelar um novo campo de problemas. Houve ainda aqueles que combinaram os dois diagnósticos (JENKINS, 1991). De todo modo, sua obra serve de fio condutor para um debate que se estendeu por algumas décadas e que inevitavelmente ultrapassa o escopo de seu pensamento.

A novidade desses problemas, não obstante, nasce do solo da crise do historicismo, uma crise cuja superação ainda se afigurava no horizonte de historiadores — cada vez mais inclinados a reconhecê-la — e teóricos das

ciências humanas em geral. *O fardo da história* é testemunho desse contexto, isto é, do fato de que ainda na década de 1960 persistia uma demanda para que os historiadores respondessem às questões sistematizadas por Troeltsch e, assim, restabelecessem a autonomia e “dignidade” da disciplina histórica. White, reivindicando uma certa herança historicista de Weber e Croce, propõe uma reflexão a partir da ideia de que a história seria, ao mesmo tempo, arte e ciência, ou que se valia simultaneamente das ideias e procedimentos de ambas, retomando temas humboldtianos e rankianos. Se, de fato, esse recurso, baseado em uma determinada concepção de arte e de ciência, permitiu a emergência e manutenção de uma unidade e legitimidade da história durante boa parte do século XIX — na medida em que o problema da história se colocava de modo generalizado para artistas, filósofos e cientistas —, a sua transformação, de modo intencional ou irrefletido, em um axioma acabou por corroborar seu próprio colapso.

As diversas transformações estruturais que engendraram o mundo contemporâneo exigiram de todos os domínios intelectuais uma mudança, uma renovação, as quais tanto a arte quanto a ciência procuraram responder, o que acabou por aproximar os domínios artístico e científico com a constatação de que compartilhavam determinados processos cognitivos em sua maneira e propósitos particulares de apreensão da realidade. Para White, a história, na medida em que não acompanhou essas mudanças, se tornou obsoleta e perdeu o apanágio de sua suposta posição mediadora. A crise do historicismo contribuiu decisivamente para a consciência de que “a [disciplina da] história [...] é um tipo de acidente histórico, um produto de uma situação histórica específica” (WHITE, 1986, p. 29) condicionada pelas especificidades de tal situação, isto é, por sua historicidade. Nesse sentido, a persistência nessa forma “acidental”, quando as condições que a determinaram mudaram radicalmente, significava a manutenção de um anacronismo disciplinar.

Se, para Troeltsch (2002, p. 454), a superação do problema do historicismo deveria ser realizada pela via da reabilitação da filosofia da história, para White, tratava-se de fundar um novo conceito de filosofia da história que não apenas seria identificado ao próprio conceito de historiografia, mas que estaria fundado em uma teoria tropológica de caráter poético. Desse modo, sem

desconsiderar as críticas oriundas do plano científico — especialmente representado pelas pretensões das ciências sociais, em certo sentido inauguradas com as críticas de Karl Lamprecht à história e que chegaram a Carl Hempel e o debate da nomologia histórica —, bem como do plano filosófico — que enfatizavam a questão do relativismo histórico e da inutilidade da história —, White procurou priorizar a “hostilidade” do plano artístico contra o empreendimento historiográfico, especialmente da literatura, que se deixa mostrar em romances e peças escritos por autores de diferentes nacionalidades e orientações e que, nas mãos do historiador norte-americano, se tornaram fontes primárias.

White retira as evidências da crise das tramas elaboradas por romancistas, poetas e dramaturgos nas quais a história era representada por um personagem em decadência ou tratada como um tópico de consideração. Não apenas nutridos pelas fortes palavras de Nietzsche no último quarto do século XIX, esses escritores — como George Eliot (pseudônimo de Mary Ann Evans) e Henrik Ibsen —, antes, fizeram coro contemporaneamente a ele. Como já apontado anteriormente, a virada do século e os anos concomitantes e posteriores às grandes guerras apenas inflacionaram esse sentimento entre intelectuais, especialmente entre os artistas. Escritores modernos — Luigi Pirandello, Thomas Mann, Virginia Woolf, Albert Camus etc. — alimentavam em seus textos ataques específicos à historiografia moderna com posições anti-historicistas radicais, as quais, de um modo geral, pretendiam “libertar o homem ocidental da tirania da consciência histórica”. Em uma variedade de posições, compartilhava-se a convicção de que “a história não é somente um fardo concreto imposto sobre o presente pelo passado na forma de instituições, ideias e valores antiquados, mas também *o modo de ver o mundo* que confere a essas formas antiquadas sua autoridade ilusória”, isto é, o modo característico pelo qual a disciplina histórica atuava (WHITE, 1986, p. 39-40). A cultura intelectual questionava, ao fim, não só a autoridade dos historiadores sobre o domínio do passado — o seu modo particular de investigação e os problemas que mobilizavam —, mas a própria necessidade do estudo sistemático do passado.

A crise do historicismo, desse modo, ainda está em voga em determinados sentidos, sobretudo como relativismo, no lado científico, e como

anti-historicismo, no lado artístico. Além disso, ela também se apresenta como crise de orientação, mas não mais como crise dos “valores universais” e da “realidade concreta da história”, como em Troeltsch. Relativismo, anti-historicismo e crise de orientação apareciam como problemas significativos. White apresenta uma possibilidade de resolução em seu ensaio, a qual implica um duplo movimento: por um lado, é justamente sob as demandas do presente que a história deve buscar sua renovação enquanto disciplina. Não como um “fim em si mesmo”, o estudo do passado deve servir “como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução de problemas peculiares ao nosso próprio tempo”, tal qual aquilo que permitiu que a história surgisse e se estabelecesse no início do XIX. Aqui arte e ciência retornam, não como extremos mediados pela história, mas como “técnicas de análise e de representação” da realidade que se orientam pelos problemas hodiernos e que, assim, devem inspirá-la, pois “a história só pode servir para humanizar a experiência se permanece sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e para o qual retorna” (WHITE, 1986, p. 50). Nesse ponto, seu exame se aproxima ao de Troeltsch que, em seu vernáculo historicista, afirma que “novos tempos trazem novos modos de colocar problemas e cada época precisa compreender as grandes tendências da história de forma nova a partir de seu ponto de vista” (TROELTSCH, 2002, p. 443).

White, desse modo, procura atualizar o sentido de se estudar o passado e a função de tal estudo, isto é, justificar o exercício da imaginação histórica na análise da realidade considerando sua condição passada e não somente a forma imediata na qual ela se afigura no presente. Tal seria o caso na virada do século XVIII para o XIX, quando a história, longe de um fim em si mesma, servia ao propósito de “fornecer uma dimensão temporal para a consciência [*awareness*] que o homem tem de si mesmo” e um modo no qual o fato incontornável da mudança alinhava as dimensões temporais ao revelar o poder da ação presente de determinar o futuro. Nessa perspectiva, o passado se afigura como o repositório das possibilidades que, quando concretizadas, tornam tal ação (o presente) possível e que, a seu turno, também foram resultado da ação motivada, de escolhas específicas dentre outras possíveis. Enquanto presente e passado alimentavam essa relação orgânica e dinâmica, a história cumpria com uma



função que concebia “o fardo do historiador como uma incumbência moral de libertar a humanidade do fardo da história”. No momento em que essa relação foi amplamente desfeita, um estado de crise foi evidenciado. Ademais, as demandas do mundo atual são outras, com suas próprias “forças dinâmicas e destrutivas” a serem enfrentadas e que, assim, instauram uma espécie de ruptura com o passado. A história agora precisa se voltar “para a descontinuidade como nunca fez antes; pois a descontinuidade, a ruptura e o caos são nossa sina” (WHITE, 1986, p. 48-50).

Por outro lado, esse movimento não poderia ser realizado sem uma mudança estrutural na própria disciplina histórica. Ao manter seus fundamentos intocados e presos a supostas concepções obsoletas, a cultura historiográfica havia naturalizada uma série de ideias e procedimentos cujas condições de determinação não mais vigoravam, o que largamente se dá com a insistência na forma representativa da arte literária própria do século XIX, ignorando suas expressões modernas. Ao considerar apenas o modelo do romance oitocentista, a historiografia insistia em uma concepção não só de que “o propósito da arte é contar uma história”, mas que, sob o imperativo de uma certa noção de objetividade, existia uma forma específica para isso: “cronologicamente ordenada em um romance”. Por trás dessa predileção se escondiam concepções ultrapassadas de objetividade e de explicação que ignoram que os fatos “mais do que encontrados, são construídos pelos tipos de questões que o pesquisador faz a respeito dos fenômenos diante dele”, e que consideram a cronologia como uma espécie de estrutura transcendental de inteligibilidade indispensável. Tanto a arte realista como a ciência moderna já haviam largamente abandonado essas concepções (WHITE, 1986, p. 43).

Longe, então, de uma objetividade tipicamente oitocentista, White defende uma explicação movida por metáforas, dada a sua riqueza e capacidade de articulação. Trata-se de “construir uma metáfora da própria experiência imediata” (WHITE, 1986, p. 43), uma “regra heurística” específica que, ao suspender a irreversibilidade cronológica, pretende revelar e elucidar determinados aspectos do passado em detrimento de outros. Trata-se, portanto, de investir em uma perspectiva que, a seu turno, se apresenta de um determinado modo no relato (*account*). Isso torna evidente que não basta apenas analisar a

relação entre o relato e os “fatos”, pois surge o problema do *estilo*, isto é, o modo específico pelo qual o relato, inspirado por certas metáforas, toma sua *forma* característica. Essa concepção reconhece “que o estilo escolhido [...] para representar uma experiência carrega consigo critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente”, ao mesmo tempo que “fornece um sistema de tradução que permite ao observador relacionar a imagem com a coisa representada em níveis específicos de objetivação”. O estilo, portanto, se torna um modo de representação sustentado por um conjunto de determinações por meio das quais se procura responder a um problema formulado a respeito da realidade a ser apreendida. Desse modo, as questões de objetividade se colocam menos no nível da “verdade” da própria representação que resulta de tal processo — isto é, de sua conformação aos “fatos” e documentos — do que na análise da relação entre a coerência e consistência das determinações do seu estilo e a representação (WHITE, 1986, p. 46-47).

Mesmo que essa análise implique em um certo procedimento lógico, não se trata de modo algum do tratamento lógico (e axiológico) realizado pela tradição neokantiana, da qual Weber e, de certo modo, Troeltsch fazem parte e que remete a Rickert (cf. MATA, 2006). Para White, a representação historiográfica só poderia ser avaliada em referência às determinações de estilo, as quais, respondendo a demandas imediatas, a “orientações afetivas e intelectuais”, não deixariam de revelar “o caráter essencialmente provisório das construções metafóricas usadas para compreender um universo dinâmico” (WHITE, 1986, p. 50). *O Fardo da História*, nesses termos, tal como *A crise do historicismo*, pode ser caracterizado como um manifesto de crise. Apesar de não fazer uso explícito do conceito<sup>11</sup>, o ensaio representa uma tentativa, a partir de um juízo crítico a respeito do estado da pesquisa história, de evidenciar a necessidade e urgência de uma decisão para a superação de uma situação que, em seu contexto, deixa de ser conceptualizada como “crise do historicismo” para

---

<sup>11</sup> Esse uso será realizado futuramente quando White (2007, p. 220), tratando do tema do manifesto, qualificará o gênero como típico de um “tempo de crise” que pressupõe o “agora da decisão”, dialogando, assim, diretamente com a reflexão de Koselleck apresentada mais acima.

se tornar a “crise dos paradigmas”<sup>12</sup> (NOIRIEL, 2005, p. 151-154). Em última instância, esse texto é um diagnóstico de tempo que, lançando mão da semântica da crise, refuta uma certa concepção de história enquanto aponta para a necessidade de uma nova, a fim de preservar a “saúde” da disciplina.

Assim como Troeltsch, White prepara, por meio de um ensaio, as pressuposições que viriam a fundamentar uma obra de fôlego, *Meta-história* (1973), na qual essa nova concepção de história é auspiciada por meio de um aprofundamento do diagnóstico que havia sido esquematizado. O ponto de partida dessa obra é justamente a crise do historicismo, caracterizada como a concepção típica do século XX de que do “problema da teoria do conhecimento histórico” não poderia resultar uma solução inequívoca e definitiva, validando dúvidas sobre a história como modo de existência primordial e sobre o modo científico de apreensão do passado. A crise exprime uma “condição irônica” que continua “a florescer como o modo dominante de historiografia profissional, tal como cultivada na academia desde então” (WHITE, 1973, p. XII).

Assim, o propósito de *Meta-história* é analisar comparativamente o desenvolvimento da “consciência histórica” no século XIX, apresentando o conjunto de “estilos historiográficos” predominantes nesse período formativo e ainda utilizados no século XX de modo hegemônico, apesar de seu suposto anacronismo. Por meio disso seria possível demonstrar como esses estilos, mais do que opções incontornáveis sedimentadas pela tradição, seriam, na verdade, escolhas que determinam não apenas o modo como o passado é interpretado e conhecido, mas o que o passado de fato é. Isto é, são escolhas que constituem a própria natureza da consciência histórica e que estruturam o modo do pensamento histórico, o que fundamentaria a hipótese de White de que a distinção entre história e filosofia da história seria puramente abstrata. Assim, ao entendimento largamente difundido nesse contexto de que os problemas científicos e artísticos engendram os seus respectivos objetos (KUHN, 2017) deve ser acrescido aquele segundo o qual tais processos são fundados na

---

<sup>12</sup> A “crise dos paradigmas” se associa àquilo que alguns caracterizam como o advento do paradigma pós-moderno na historiografia (JENKINS, 1991). Essa discussão, que inevitavelmente retoma o tema da objetividade do conhecimento histórico, atinge um momento crítico no contexto do debate a respeito da representabilidade do holocausto judeu (cf. FRIEDLÄNDER, 1992).

linguagem, considerada, então, como condição de possibilidade de sentido e de verdade (WITTGENSTEIN, 1960). Essa “virada linguística”, no entanto, toma uma direção específica no pensamento de White: sua abordagem se liga menos à análise lógica e epistemológica dos enunciados de um texto do que ao âmbito discursivo do texto como um todo, o que enfatiza sobretudo os aspectos estéticos e éticos da produção historiográfica. Em vez de se pautar pela recente filosofia analítica da história (representada, entre outros, por Arthur Danto) e por outras correntes de caráter narrativista (como em Louis Mink e William Dray), White, inspirando-se em Roland Barthes e Lionel Gossman, procurou fundamento na retórica e na teoria literária.

Com isso, White propõe uma teoria dos estilos historiográficos baseada em uma teoria dos tropos ou arquétipos literários. A noção de estilo adquire uma dimensão mais profunda, cujo caráter ultrapassa uma concepção estreita e, em certo sentido, ingênua, de “forma”. O texto historiográfico é concebido como uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo” majoritariamente em prosa. Ele toma forma a partir de um certo modo de representação cuja escolha antecede a escrita e que, desse modo, prefigura linguisticamente o campo do passado, organizando-o, mas, sobretudo, adequando-o às suas pressuposições inerentes. Trata-se, ademais, de pressuposições tropológicas que são “condição de possibilidade do sentido histórico”<sup>13</sup>. Para analisar os modos específicos de pensamento histórico do século XIX — que, então, se materializam tanto na historiografia quanto na filosofia da história —, White elabora um tipo ideal<sup>14</sup> da obra histórica no qual se encontram seus elementos essenciais em relação aos quais os trabalhos de historiadores e filósofos devem ser confrontados a fim tornar viável sua classificação e, com isso, o esclarecimento da estrutura da “imaginação histórica” do período, “um universo distintivo de discursos dentro do qual diferentes ‘estilos’ de pensamento histórico foram possíveis” (WHITE, 1973, p. 5). O fato de White considerar que esses elementos se apresentam em

---

<sup>13</sup> Para uma análise da teoria tropológica de White como teoria transcendental do sentido, cf. ANKERSMIT, 1994, p. 9-19.

<sup>14</sup> White já havia feito uso da teoria weberiana do tipo ideal em sua tese de doutorado finalizada em 1955 e intitulada *The Conflict of Papal Leadership Ideals from Gregory VII to St. Bernard of Clairvaux with Special Reference to the Schism of 1130*. Mais do que isso, no entanto, “Max Weber serviu como a mais poderosa fonte de influência de White” no início de sua trajetória (PAUL, 2011, p. 16).

uma certa forma narrativa e que sua disposição específica, com determinada consistência e coerência, caracteriza um “efeito explicativo” — mais que qualquer teoria epistemológica de explicação dos fatos — define o caráter especialmente poético que ele atribui ao pensamento e à imaginação históricos.

A teoria dos estilos historiográficos, portanto, depende de uma teoria dos tropos (uma tropologia). Isso porque, antes de conferir à história uma forma narrativa particular e um modelo verbal de explicação do processo histórico em relação aos quais uma posição ideológica pode ser depreendida — isto é, antes de elaborar um conjunto de fenômenos em um enredo e explicá-lo —, é necessário tê-lo prefigurado como tal, constituí-lo “como um objeto de percepção mental”. Nesse processo, tal conjunto é “construído como um terreno habitado por figuras discerníveis” que estabelecem entre si determinadas relações e que podem, assim, ser organizadas de modo cada vez mais complexo mediante a elaboração de um “protocolo linguístico” pré-conceitual com “dimensões lexicais, gramaticais, sintáticas e semânticas”, que permite que o historiador “caracterize o campo [histórico] e seus elementos nos seus [do historiador] próprios termos”. Com efeito, a prefiguração é uma condição de possibilidade das estórias de um modo geral. Dada a natureza lacunar e ambígua dos documentos e vestígios, o historiador precisa imaginar (*figure*) como os eventos relativos a eles se estruturam, o que só é viável se antes prefigurar (*prefigure*) a unidade de tais eventos enquanto “um objeto possível de conhecimento”. O caráter poético dessa atitude, para White, está não só no fato de sua condição precognitiva e pré-crítica, mas também por constituir “a estrutura que será subsequentemente retratada no modelo verbal proposto pelo historiador como uma representação e explicação” do passado, determinando “os conceitos [usados] para identificar os objetos” prefigurados e “para caracterizar os tipos de relações que podem manter uns com os outros”. Em outras palavras, o “ato poético” engendra tanto o “objeto de análise” quanto a “modalidade das estratégias conceituais” de explicação do campo histórico; ou seja: tanto o passado como o estilo historiográfico (WHITE, 1973, p. 30-31).

Essas são indicações para a estruturação não só da imaginação histórica, mas do próprio pensamento figurativo de um modo geral. A imaginação histórica se assenta nos processos cognitivos básicos que tratam das relações

linguísticas fundamentais entre objetos virtuais como a primeira etapa para a sua compreensão. Essas relações, por sua vez, podem tomar diversas formas. Ao seguirem o caráter poético, elas podem ser classificadas de acordo com os tropos tradicionais da linguística, da semiótica e da teoria poética, a saber, a metáfora e a metonímia. Para sua análise dos estilos historiográficos e da literatura realista, White ainda acrescenta as figuras de linguagem da sinédoque e da ironia, utilizadas desde a tradição retórica humanista e que remete especificamente a Vico. Tais tropos caracterizam, com efeito, os modos de discurso disponíveis, os quais organizam a experiência que “resiste à descrição por representações inequívocas em prosa” (WHITE, 1973, p. 34) e que são essencialmente metafóricos — sendo os outros três tropos variações metafóricas.

### **Considerações finais**

É pelo tropo da ironia que *Meta-história* está vinculado a *O fardo da história* e *A crise do historicismo*. Para White, a crise do historicismo representa a hegemonia de uma concepção tropológica de mundo essencialmente irônica e, por conseguinte, o aferrolhamento dos modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica ao tropo da ironia. A ironia assume uma dimensão distinta dos outros tropos ao conceber a relação entre objetos a partir da premissa cética da incapacidade da linguagem de capturar o caráter essencial da realidade. Nesse sentido, a ironia opera como uma metáfora absurda que afirma algo no nível literal ao mesmo tempo que o nega no nível semântico (e vice-versa): a coexistência de “concepções igualmente abrangentes e plausíveis dos mesmos conjuntos de eventos, embora aparentemente mutuamente exclusivas, foi suficiente para minar a confiança na reivindicação de ‘objetividade’, ‘cientificidade’ e ‘realismo’ pela história” (WHITE, 1973, p. 41).

Trata-se precisamente da questão do relativismo histórico, da proliferação de múltiplas interpretações possíveis e da dissolução dos grandes sistemas de ideias e valores. Nesses termos, a crise do historicismo é a consumação irônica do processo histórico de constituição da consciência histórica ao longo do século XIX. Como visto, essa consumação já havia sido denunciada por Troeltsch meio século antes nos termos de um relativismo

radical que havia tomado de assalto a consciência histórica e o substrato axiológico da sociedade ocidental. A drástica historicização e a aguda especialização do conhecimento denunciadas por Troeltsch se fazem ouvir na crítica de White ao excesso de “passado” e a uma consciência histórica hipertrofiada, com recurso ao campo semântico do conceito de crise. A continuidade e persistência do diagnóstico de Troeltsch são reconhecidas pelo próprio White: “a historiografia acadêmica contemporânea permanece presa à perspectiva irônica que produziu a crise do historicismo no final do século XIX” (WHITE, 1973, p. 433). Essa condição, portanto, serve inclusive para a reflexão de White: *Meta-história* não escapa do problema que a própria obra evidencia. Não obstante o compromisso de tentar “superar a condição de ironia”, uma tal superação ainda se afigurava em um horizonte porvindouro, no qual, para ambos os autores, a história deveria voltar a servir à vida, a demandas e problemas de um presente dinâmico e repleto de carências de orientação (TROELTSCH, 2002, p. 444).

Embora os textos, separados por meio século, compartilhem em muitos aspectos um diagnóstico semelhante, as soluções propostas aos problemas diferem significativamente, evidenciando a distância temporal e temática entre eles. A crise causada pela percepção do colapso da filosofia moderna, na qual o historicismo encontrava sua base ontológica, pôde ser conceitualizada tanto como uma conjuntura passível de resolução pela via de uma certa restauração quanto como o próprio fim de um modo de reflexão. Como apontado, Troeltsch tinha convicção na unidade da conexão interna da história, na realidade dos processos históricos individuais e na existência de tendências gerais de desenvolvimento que governam tais processos. *Der Historismus und seine Probleme* representa o projeto inacabado de reabilitação da filosofia da história por meio do exame de seus problemas fundamentais e da tentativa de conciliação de densas tradições de pensamento — neokantismo, hermenêutica, fenomenologia, marxismo etc. —, que, para ele, haviam deixado uma rica e complexa herança cuja exploração e aprofundamento eram indispensáveis. Na obra de Troeltsch, tais tradições foram mobilizadas em um grande esforço original de síntese que buscava o restabelecimento das bases de um amplo sistema de valores capaz de orientar a vida e a ciência.

Com efeito, é precisamente pelo questionamento da referencialidade do passado que Troeltsch e White se afastam de modo determinante. A virada linguística na historiografia surge largamente pela sua refutação dos modos predominantes de realismo histórico. Os resultados conquistados em *Meta-história* perpassam toda a sua biografia intelectual (KELLNER, 2009) e a própria constelação de questões tratadas no debate dentro do campo da teoria da história a partir de então. De toda forma, mesmo que os modos de lidar com o problema do relativismo tenham sofrido alterações — seja no foco à tropologia e ao estruturalismo, ou ao narrativismo e o sublime (WHITE, 1987), ou à questão ético-política (WHITE, 2014) —, White não abandonou as convicções de que o passado não é apreendido em si mesmo, mas a partir de distintas estruturas metafóricas disponíveis e de que a imaginação histórica, de acordo com seu caráter poético, é permeada por elementos irracionais, míticos e ficcionais. A historiografia, assim, deveria ser examinada menos sob premissas (epistemo)lógicas do que estéticas, retóricas, ético-morais e político-ideológicas. Ao fim, seu pensamento culmina em uma visão humanista-existencial de que o passado é resultado de uma escolha presente fruto da liberdade individual, concebida a partir de sua elevação ao estatuto de um valor moral fundamental (PAUL, 2009, p. 67-70), curiosamente aludindo ao projeto de Troeltsch.

### Referências

ANKERSMIT, F. **History and Tropology. The rise and fall of metaphor.** Berkeley: University of California Press, 1994.

ARON, R. **La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire.** Paris: Vrin, 1969.

BAMBACH, C. R. **Heidegger, Dilthey, and the Crisis of Historicism.** New York: Cornell University Press, 1995.

BURCKHARDT, J. **Weltgeschichtliche Betrachtungen.** München: Verlag C.H. Beck, 2018.

CHLADENIUS, J. M. **Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schriften.** Mit einer Einleitung von Lutz Geldsetzer. Düsseldorf: Stern-Verlag Janssen, 1969.



DILTHEY, W. Einleitung in die Geisteswissenschaften: Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte. In: **Gesammelte Schriften Band 1**. Stuttgart/Göttingen: Teubner Verlagsgesellschaft/Vandenhoeck & Ruprecht, 1990.

DROYSEN, J. G. Die Krise der europäischen Kultur. In: BIRTSCH, G.; RÜSEN, J. (Hrsg.). **Texte zur Geschichtstheorie: mit ungedruckten Materialien zur 'Historik'**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1972.

FRIEDLÄNDER, Saul (ed.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GRAF, F. W. Friendship between Experts: Notes on Weber and Troeltsch. In: MOMMSEN, W.; OSTERHAMMEL, J. (ed.). **Max Weber and his contemporaries**. New York: Routledge, 1987.

HEIDEGGER, M. Der Begriff der Zeit. **Gesamtausgabe Band 64**. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2004.

HEUSSI, K. **Die Krisis des Historismus**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1932.

HUMBOLDT, W. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, E. (Org.). **A história pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 82-100.

JENKINS, K. **Re-thinking History**. New York: Routledge, 1991.

KASPER, W. (Hrsg.). **Lexikon für Theologie und Kirche. Band 6**. Freiburg im Breisgau: Verlag Herder, 1997.

KELLNER, H. Introduction: A Distinctively Human Life. In: ANKERSMIT, F.; DOMANSKA, E.; KELLNER, H. **Re-Figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 1-8.

KOSELLECK, R. Krise. In: BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart (Hrsg.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**. Band 3 (H - Me). Stuttgart: Klett-Cotta, 1982, p. 617-650.

KOSELLECK, R. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, R.; MEIER, C; GÜNTHER, H.; ENGELS, O. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

LECOURT, Dominique. **Dictionnaire de la pensée médicale**. Paris: PUF, 2004.

MATA, S. Heinrich Rickert e a fundamentação (axio)lógica do conhecimento histórico. **Varia História**. Belo Horizonte, volume 36, p. 347-367, 2006.

MATA, S. Ernst Troeltsch. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história**. O caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2010, p. 433-448.

MATA, S. Para além do neokantismo: o conceito de ciências ético-históricas em Ernst Troeltsch. **Revista de Teoria da História**. Goiânia, volume 16, número 2, p. 90-100, 2016.

NIETZSCHE, F. Nachlaß 1885–1887. In: **Kritische Studienausgabe (Band 12)**. Giorgio Colli und Mazzino Montinari (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 1999.

NOIRIEL, G. **Sur la “crise” de l’histoire**. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2005.

PAUL, H. Hayden White and the Crisis of Historicism. In: ANKERSMIT, F.; DOMANSKA, E.; KELLNER, H. **Re-Figuring Hayden White**. Stanford: Stanford University Press, 2009, p. 54-73.

PAUL, H. **Hayden White. The Historical Imagination**. Cambridge: Polity Press, 2011.

RANKE, L. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, E. (Org.). **A história pensada**. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 202-215.

RODRIGUES DA CUNHA, M. D. Otto Hintze’s response to the crisis of historicism. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, volume 13, número 32, p. 115-145, 2020.

RÜSEN, J. **Historik: Theorie der Geschichtswissenschaft**. Köln: Böhlau Verlag, 2013.

SCHOLTZ, G. Historismus, Historizismus. In: **Historische Wörterbuch der Philosophie. Band 3**. Basel: Schwabe, 1974.

SCHOLTZ, G. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. **História da Historiografia**. Ouro Preto, número 6, p. 42-63, 2011.

SZONDI, Peter. **Introduction to Literary Hermeneutics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TROELTSCH, E. Die Krisis des Historismus. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 15)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2002.

TROELTSCH, E. Die Stellung des Christentums unter den Weltreligionen. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 17)**. Gangolf Hübinger (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2006.

TROELTSCH, E. Der Historismus und seine Probleme. In: **Kritische Gesamtausgabe (Band 16)**. Friedrich Wilhelm Graf (Hrsg.). Berlin: Walter de Gruyter, 2008.

VANN, R., T. The Reception of Hayden White. **History and Theory**, volume 37, número 2, p. 143-161, 1998.

WEBER, M. Wissenschaft als Beruf. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

WEBER, M. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: **Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

WHITE, H. Afterword. In: JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (ed.). **Manifestos for history**. New York: Routledge, 2007, p. 220-231.

WHITE, H. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

WHITE, H. The burden of history. In: **Tropics of Discourse**. Essays in Cultural Criticism. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

WHITE, H. **The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1987.

WHITE, H. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press. 2014

WITTGENSTEIN, L. Tractatus logico-philosophicus. **Schriften 1**. Rush Rhees (Hrsg.). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1960.

ZACHHUBER, J. **Theology as Science in Nineteenth-Century Germany**. From F. C. Baur to Ernst Troeltsch. Oxford: Oxford University Press, 2013.